Fortalecimento Institucional do Inep

Brasília | 30 de junho de 2021

Assessoria de Comunicação Social

INEP MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Danilo Dupas Ribeiro
Presidente

Anderson Soares Furtado Oliveira
Diretor de Avaliação da Educação Básica

Luís Filipe de Miranda Grochocki
Diretor de Avaliação da Educação Superior

Carlos Eduardo Moreno Sampaio
Diretor de Estatísticas Educacionais

Michele Cristina Silva Melo
Diretora de Estudos Educacionais

Alexandre Avelino Pereira
Diretor de Gestão e Planejamento

Daniel Miranda Pontes Rogerio
Diretor de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais

Governança e Gestão Estratégica

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) está sob a gestão de Danilo Dupas Ribeiro desde 26 de fevereiro. Mestre em Administração, na área de Finanças; especialista em Administração de Negócios; e economista de formação, Dupas era secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), antes de chegar ao Inep. O profissional atua no setor educacional há mais de 20 anos, como executivo e professor, e tem reforçado o caráter técnico de suas decisões desde que assumiu a condução do Instituto.

Desde que assumiu o Instituto, Dupas tem defendido uma gestão técnica e reforçado as boas práticas de governança e gestão estratégica, investido em modelos consagrados e que traz de sua experiência de mercado. Alinhamento técnico entre a gestão e os servidores, boas práticas de governança, gestão estratégica e excelência em processos são as ações para o fortalecimento do Inep e para a valorização dos seus servidores e colaboradores.

» Fale com o Presidente

Lançado em 30 de abril, o canal de comunicação direta entre a alta gestão e os servidores e colaboradores do Instituto visa receber sugestões, comentários e alertas sobre situações que impactam o Inep. As mensagens recebidas são avaliadas pelo presidente e também pelo Comitê de Governança Institucional (CGI), sempre que necessário. As respostas são comunicadas a todos os servidores e colaboradores, em primeira mão, de forma transparente, pelos canais de comunicação interna. Em 26 de maio, um servidor da Diretoria de Estatísticas Educacionais, com seis anos de atuação no Instituto, foi o primeiro profissional a ser recebido pelo presidente em resposta ao canal Fale com o Presidente. O servidor foi recebido pessoalmente, na sala de reuniões da presidência, para tratar de demandas, como a progressão e a cláusula de barreiras. Os principais gestores ligados à pauta também participaram.

» Encontros com o Presidente

Em 22 de abril, foi realizado o primeiro encontro entre a alta gestão e os servidores e colaboradores, para anúncio e debate sobre temas relevantes. O objetivo dos encontros é informar a todos sobre os planos para o Inep e seus respectivos encaminhamentos. Assim como o Fale com o Presidente, esses encontros, nesse momento realizados por videoconferência, também são uma boa prática consagrada no mercado privado e agora adotada na gestão pública, para valorização do contato com os servidores e colaboradores. O primeiro encontro contou com a participação do Ministro da Educação, Milton Ribeiro, e o secretário executivo do Ministério da Educação (MEC), Victor Godoy. O segundo encontro deve ser realizado na primeira quinzena de junho.

O presidente do Inep, Danilo Dupas; o ministro da Educação, Milton Ribeiro; e o secretário executivo do Ministério da Educação (MEC), Victor Godoy, durante reunião com servidores e colaboradores, em 22 de abril

Danilo Dupas também promoveu, em 24 de junho, a primeira reunião com os servidores da Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais (DTDIE). O encontro foi realizado para tratar sobre o alinhamento estratégico e o fortalecimento institucional do setor. Com o objetivo de aproximar os servidores e colaboradores da alta gestão do Inep e estabelecer um canal de diálogo aberto para a discussão de propostas sobre o desenvolvimento do trabalho técnico de excelência na Autarquia, o presidente do Inep dará continuidade aos encontros junto aos servidores das diferentes áreas de atuação do Instituto.

» Articulação Inep/MEC

A nova gestão do Inep está fortalecendo a articulação com o MEC, ao qual a autarquia federal é vinculada. Os pesquisadores do Instituto estão participando de reuniões estratégicas com ministro e secretários, em que podem apresentar os estudos técnicos conduzidos. O ministro da Educação, Milton Ribeiro, e seus secretários também estão mais presentes no Inep. Além da fala do aos servidores e colaboradores, em 22 de abril, no dia 29 do mesmo mês o secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), Wandemberg Venceslau, foi um dos convidados da live Quintas da EPT.

Na ocasião, o servidor do Inep Gustavo Moraes salientou o ineditismo da participação de um presidente do Inep em um seminário da área sobre a avaliação da educação profissional e tecnológica. “Em 84 anos, nunca a gente teve uma discussão com a presidência sobre a avaliação da educação profissional e tecnológica. Então, é a nossa primeira vez. Mais do que isso, não só com a presidência do Inep, mas com a Setec conjuntamente, pois é preciso que aconteça essa conjunção”, afirmou. teve uma discussão com a presidência sobre a avaliação da educação profissional e tecnológica. Então, é a nossa primeira vez. Mais do que isso, não só com a presidência do Inep, mas com a Setec conjuntamente, pois é preciso que aconteça essa conjunção”, afirmou.

» Governança pública

A ampliação e o fortalecimento de boas práticas de governança visam disseminar no Inep os princípios da governança pública. O objetivo é que todas as ações do Instituto, com reforço da capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade, e transparência. Um dos investimentos nesse sentido foi a criação de uma Assessoria de Governança e Gestão Estratégica.

» Reestruturação organizacional

O Inep tem uma nova Estrutura Regimental desde 21 de maio. O Instituto também passou por um remanejamento dos cargos em comissão e funções de confiança. As mudanças seguem o Decreto nº 10.696, de 6 de maio de 2021, resultado do investimento da atual gestão do Inep no fortalecimento institucional e na valorização dos servidores. Ao remanejar cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), o Inep passa a ter um DAS a mais. Além disso, dois cargos em comissão do Grupo-Direção e sete funções comissionadas melhoram de categoria, passando de 102 para 101. A maior transformação, entretanto, foi na estrutura. O Inep passa a ter dois novos órgãos de assistência direta e imediata ao presidente: a Assessoria de Comunicação Social e a Assessoria de Governança e Gestão Estratégica. Antes, as equipes e atribuições

dessas novas áreas faziam parte do Gabinete, outro órgão de assistência direta, assim como a Ouvidoria. Já os órgãos seccionais passam a contar com uma Corregedoria, também inédita na estrutura do Inep.

» Conselho Consultivo

No dia 11 de junho, foi publicada, no Diário Oficial da União (DOU), a Portaria n.° 382, de 10 de junho de 2021, que designa os novos membros para compor o Conselho Consultivo do Inep no período 2021-2025. O grupo é formado por nove membros, sendo quatro natos e cinco designados, representantes da sociedade civil, escolhidos dentre profissionais de notório saber, e seus suplentes.

Os membros natos da gestão 2021-2025 são o presidente do Inep, Danilo Dupas, que preside o Conselho Consultivo; a presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Maria Helena Guimarães de Castro; o presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed), Vitor de Angelo; e o presidente da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Luiz Miguel Martins Garcia.

Os membros designados titulares são Edson Ricardo Barbero, Marcelo Bregagnoli, Matheus Coimbra Martins de Aguiar, Roque do Nascimento Albuquerque e Walter Eustáquio Ribeiro. Seus suplentes são André Dala Possa, Devanildo Damião da Silva, Edson Kenji Kondo, Marcelo Augusto Santos Turine e Roberto Brás Matos Macedo.

O Conselho Consultivo se reúne, ordinariamente, uma vez por semestre, ou quando convocado, extraordinariamente, pelo presidente ou mediante requerimento aprovado por mais da metade de seus membros. Os representantes da sociedade civil têm mandato de quatro anos. Perde o mandato quem faltar a duas sessões consecutivas, salvo por motivo de força maior. O exercício da função de conselheiro não é remunerado.

A primeira reunião ordinária do Conselho foi realizada em 25 de junho, por videoconferência. Na ocasião, além das atividades do Inep, foram apresentados os relatórios de gestão anual e de atividades de 2020, além da distribuição e da proposta orçamentária de 2021, bem como o cronograma de avaliações e exames aplicados pelo Instituto.

» Redes sociais

Com a criação de um perfil oficial no LinkedIn, o Inep ampliou sua presença nas redes sociais. Servidores e colaboradores do Instituto já se organizavam na rede social de foco profissional. Com a transformação da conta em um perfil oficial, a rede também será ambiente de disseminação de informações do Inep.

O Inep está presente em outras redes sociais, como Facebook, Instagram e Twitter, nas quais realiza postagens diárias com informações educacionais, entre elas, dados estatísticos, cronogramas e resultados de avaliações e exames, lançamentos de estudos e publicações. A Autarquia também tem perfis e conteúdos disponíveis no YouTube, no Flickr e no Medium.

» Tecnologia da informação

Outro foco da nova gestão é o investimento na maior integração de dados entre o MEC e o Inep, no sentido de melhorar a qualidade do acesso aos serviços da educação para a sociedade. O Inep também trabalha em um projeto de ampliação de procedimentos digitais do Instituto. Foram renovadas as licenças de softwares vencidas, que já estavam comprometendo a continuidade dos trabalhos de todos os setores, substituídos os computadores da sala segura do Inep, que estavam ultrapassados e não tinham mais uso, e iniciado o planejamento para priorização das demandas de desenvolvimento de sistemas.

Valorização dos servidores

Uma das prioridades da nova gestão é um conjunto de ações para fortalecimento institucional do Inep e valorização dos servidores, visando maior proteção à credibilidade do Instituto e entrega de valor efetivo à sociedade. A pauta conta com apoio do Ministro da Educação, Milton Ribeiro, que está buscando, ao lado da nova gestão do Inep, melhores condições de trabalho e valorização da governança institucional do órgão.

Desde que a nova gestão assumiu, portanto, em menos de três meses, quatro reinvindicações dos servidores também foram conduzidas e estão em tramitação no Ministério da Economia: Carreira Típica de Estado, Cláusula de Barreira, Contrato Temporário da União e Programa de Gestão. A condução inédita foi feita em total transparência com servidores e colaboradores, comunicados de todos os passos.

» Campanha de vacinação

Com a proposta de promover mais uma ação de fortalecimento institucional do Inep e de valorização dos servidores, a alta gestão do Instituto, em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), realizou, de 23 a 28 de junho, campanha de vacinação contra a gripe H1N1. No total, 310 profissionais foram imunizados de forma rápida e prática, no ambiente de trabalho.

» Programa de Gestão (PG)

Com o Programa de Gestão, o teletrabalho será adotado de forma definitiva no Inep, conforme previsto na Instrução Normativa n.º 65/2020. O formato permitirá aumento da produtividade e melhor acompanhamento das entregas dos servidores, o que pode aumentar a qualidade dos produtos. Além disso, reduzirá os custos do trabalho presencial. Outro ponto positivo é a retenção e a atração de servidores de outros órgãos ou mesmo aqueles do Inep que estão cedidos ou foram requisitados por outros órgãos, inclusive em outros estados.

Em 3 de maio, foi publicada a Portaria n.º 267, que autoriza a implementação do programa pelas unidades do MEC e suas entidades vinculadas. Com a autorização do ministério, o Inep deve editar ato normativo próprio que estabeleça os procedimentos gerais de como será instituído o seu próprio programa de gestão. O ato normativo autoriza a implementação do programa de gestão, em caráter facultativo, na forma da Instrução Normativa SGP/ME n.º 65, de 30 de julho de 2020, e suas atualizações.

A implementação ocorrerá em função da conveniência e do interesse do serviço, não se constituindo direito do participante. Além disso, o PG abrangerá as atividades cujas características permitam a mensuração da produtividade e dos resultados das unidades e dos

participantes em suas entregas. Sistema informatizado como ferramenta de apoio tecnológico para acompanhamento e controle do cumprimento de metas e alcance de resultados em fase final de desenvolvimento. A Cogep/DGP também já está elaborando a capacitação dos servidores.

STATUS: Ato normativo próprio em elaboração, sistema em fase final de desenvolvimento, capacitação dos servidores em concepção.

» Regulamentação do pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC)

O Inep publicará, em Boletim Interno, portaria, adequada ao que exige o Decreto 9.185/2017, que reduz os percentuais máximos para cálculo do pagamento da gratificação e detalha e aprimora os procedimentos para pagamento da GECC, agilizando o processo. O ato normativo também oficializa novos critérios para análise da complexidade de atividades de instrutoria.

STATUS: Em revisão pela Cogep/DGP, após solicitação do Diretor de Gestão e Planejamento.

» Portaria para disciplinar concessão de licença e afastamento

O Inep publicará, em Boletim Interno, atualização de portaria, adequada ao que exige o Decreto nº 10.506/2020 e à Instrução Normativa nº 21/2021, que altera critérios e procedimentos para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP) no âmbito da autarquia.

STATUS: Em revisão pela Cogep/DGP, para consolidar as demandas solicitadas na última reunião do CGI.

» Revogação da Cláusula de Barreira

Visa permitir o fluxo natural dos servidores nas carreiras e no Plano Especial de Cargos do Inep (PEC-Inep), além de evitar estagnação de servidores nas classes iniciais, o que impede a realização de concurso público. A Cogep/DGP revisou o projeto de lei, tendo em vista que os parágrafos 3º e 4º do art. 72 da Lei n.º 11.357, de 2006, abrangem não somente as carreiras e o PEC-Inep, os quais estão instituídos pelos artigos 53 e 55 da referida Lei. Assim, em vez de revogar o parágrafo 3º, há alteração da redação do parágrafo, excluindo a menção aos artigos referentes às carreiras do Inep em seu escopo, sem mudança nas demais carreiras.

STATUS: Processo tramita no Ministério da Economia desde 31/5/2021.

» Contratos Temporários da União (CTU)

Contratação de 169 profissionais por tempo determinado, por meio da modalidade de Contrato Temporário da União (CTU).

STATUS: Processo tramita no Ministério da Economia desde 25/5/2021.

» Transformação das carreiras do Inep em típicas de Estado

Visa transformar as carreiras do Inep em típicas de Estado, tendo em vista a característica dos serviços prestados pela Autarquia. A ação também irá favorecer a valorização e a retenção de servidores. Ainda que o Inep tenha realizado concurso em 2012, o ingresso dos servidores não foi capaz de suprir todo o déficit da força de trabalho. Inep e FNDE, cujas carreiras e planos especiais de cargos são regulamentados pelos mesmos normativos, decidiram realizar três ajustes na proposta inicial do Projeto de Lei n.º 0697768:

- Manutenção das estruturas remuneratórias das carreiras e do PEC-Inep, sem transformação em subsídio. A estrutura se mantém composta por vencimento básico, gratificação de desempenho e retribuição por titulação, para servidores de nível superior; e gratificação de qualificação, para servidores de nível intermediário. Foram incluídos dispositivos que regulamentam tal estrutura remuneratória e os valores de cada componente da remuneração dos servidores.
- Manteve-se a mudança de 18 para 13 padrões, na mesma nomenclatura proposta no projeto inicial, composto pelas classes A, B, C e Especial. Foi necessário construir uma nova tabela de transposição, para garantir que nenhum servidor passe a receber menos do que recebia antes da transformação.
- Não houve alterações, em relação à lei vigente, para o cargo de auxiliar do PEC-Inep, hoje ocupado por apenas uma servidora aposentada do Instituto. Assim, a estrutura remuneratória, a carreira e os valores dos componentes da remuneração permanecem os mesmos já definidos na Lei n.º 11.357, de 2006.

STATUS: Processo tramita no Ministério da Economia desde 31/5/2021.

Avaliação da Educação Básica

Sobre o **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)** 2021, o MEC e o Inep anunciaram recentemente que a aplicação será no final deste ano, nos mesmos moldes de 2019. Ou seja, foi confirmada a informação divulgada anteriormente de que não estava em discussão o cancelamento do Saeb 2021, mas sim a viabilidade de sua aplicação. As decisões foram tomadas após realizações de reuniões com algumas das principais entidades que representam a educação básica brasileira para avaliar a possibilidade de aplicação do Saeb, considerando todas as restrições impostas ao funcionamento das escolas devido à pandemia de COVID-19. Para elaboração do cronograma, foi feita uma análise minuciosa acerca da dinâmica usualmente adotada, diante dos prováveis riscos, incertezas, prejuízos pedagógicos e financeiros para os cofres públicos a partir de uma decisão de realização.

Em 2021, será mantido o formato censitário nas escolas públicas, para o 5º e o 9º do ensino fundamental e 3ª e 4ª séries do ensino médio. As disciplinas serão Língua Portuguesa (leitura) e Matemática. Nas escolas privadas, as etapas e as disciplinas serão as mesmas, porém o formato será amostral. Para o 2º ano do ensino fundamental, da educação pública, será adotado o formato amostral nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. No caso do 9º ano do ensino fundamental, que também será amostral, as disciplinas são Ciências Humanas e Ciências da Natureza.

Toda a discussão sobre o Saeb ocorre em transparência, envolvendo os técnicos do Inep e MEC. As decisões são tomadas a partir das sugestões dos técnicos e de notas técnicas elaboradas pelas diretorias do Instituto. Em relação ao Saeb 2021, os técnicos da Diretoria de Avaliação da Educação Básica estão participantes das discussões e reuniões. Nenhuma decisão foi tomada de forma arbitrária ou com viés político. As decisões têm caráter técnico, são baseadas em estudos realizados pelos especialistas da casa e formalizados por meio de notas técnicas.

A gestão atual do Inep optou por seguir o entendimento das equipes técnicas do Instituto e está, em conjunto com o MEC, fazendo uma revisão do modelo do Saeb. O modelo da gestão anterior foi definido em desacordo com a previsão orçamentária para 2021, e, por ser anual e censitário, sua realização foi estimada em R$ 1.011.384.950,00 neste ano. A estimativa chegou a R$ 2.680.343.173,60 para 2022; R$ 3.315.234.969,60 em 2023; R$ 4.669.742.592,00 em 2024; R$ 4.826.248.422,40 em 2025; R$ 4.982.883.836,80 em 2026; e chegando a R$ R$ 5.139.088.279,20 em 2027, quando de sua realização plena. O Saeb 2019 custou R$ 241,1 milhões e os dados obtidos atenderam plenamente às necessidades dessa importante série histórica. Considerando que em 2021 será utilizado o mesmo formato da edição anterior, o modelo de aplicação do novo Saeb está sendo discutido pelos técnicos especialistas da Autarquia, com representantes das secretarias finalísticas do MEC de forma a tornar viável a sua realização.

» Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (Inse) 2019

Em 20 de maio, o Inep deu continuidade a divulgação dos resultados da aplicação do Saeb 2019 e publicou o Inse 2019 no seu portal. O indicador mensura as condições socioeconômicas dos alunos e permite contextualizar os resultados obtidos por meio dos instrumentos da avaliação. Ele pode contribuir para a identificação de desigualdades educacionais e orientar futuros investimentos, visando uma sociedade mais igualitária.

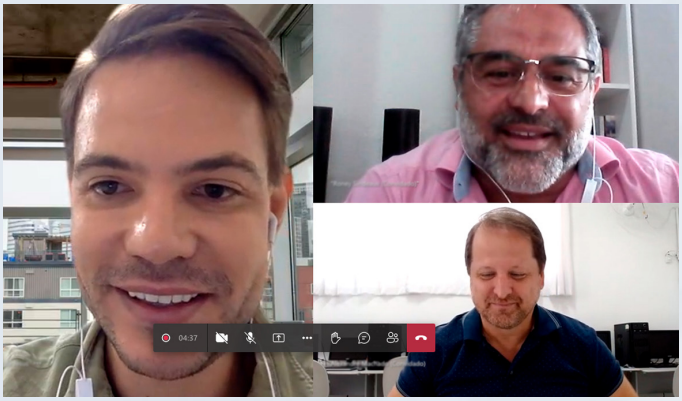
O Inse combina, basicamente, a escolaridade dos pais e a posse de bens e serviços da família. As bases para a elaboração do indicador foram as respostas coletadas no Questionário do Estudante do Saeb 2019. O instrumento foi aplicado aos alunos do 5º e do 9º ano do ensino fundamental, assim como da 3ª e da 4ª série do ensino médio (tradicional e integrado) das escolas que participaram da avaliação. O Inep coletou informações sobre mais de 5,6 milhões de alunos, em mais de 72 mil escolas nas 27 unidades da Federação.

Avaliação da Educação Superior

Avaliação IN LOCO

Um projeto inovador que foi iniciado pelo Inep é a reformulação do modelo de avaliação das instituições de educação superior, com a adoção da avaliação externa virtual in loco, realizada 100% on-line e ao vivo. Nos primeiros meses de implementação da iniciativa, o Instituto realizou 599 visitas em 363 instituições de educação superior, sendo 486 virtuais e 113 presenciais.

Do total de visitas realizadas, 484 foram para avaliação da autorização de novos cursos e 115 para avaliação institucional de credenciamento. Os dados são referentes aos meses de abril, maio e junho.



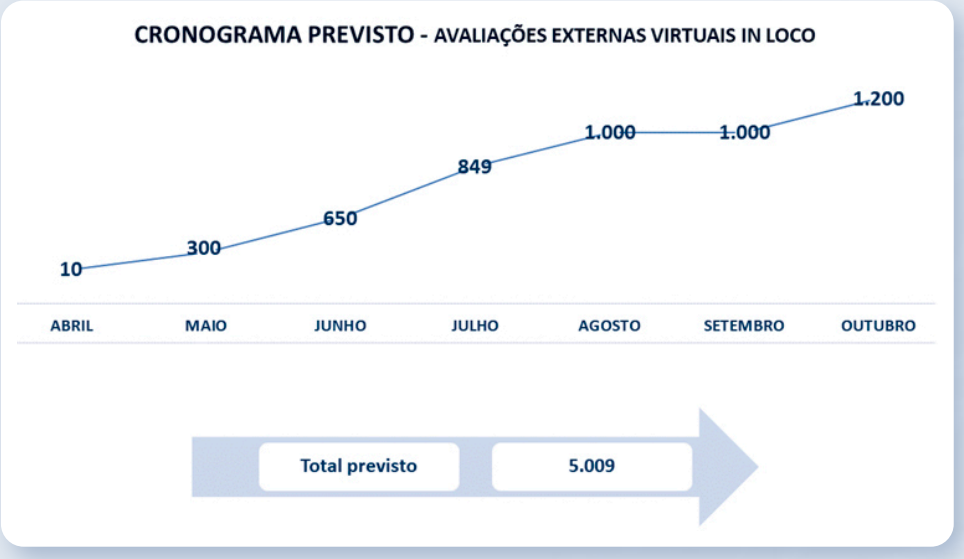
Avaliação externa virtual in loco de uma instituição de educação superior, realizada pela primeira vez em 26 de abril

O objetivo do Inep é realizar aproximadamente 5 mil visitas até outubro de 2021. Mais de 2 mil avaliadores do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis) já foram capacitados e 1.855, aprovados para utilizar o novo modelo. A expectativa é que, até julho de 2021, 6.900 avaliadores tenham sido treinados pelo Inep. Além disso, o aplicativo da Avaliação in loco passou por atualização e uma nova versão já está disponível aos representantes das instituições da educação superior e avaliadores cadastrados no BASis.

» Regulação

O número de decisões regulatórias da educação superior avançou 292%, considerando o período de janeiro a maio do triênio 2019, 2020 e 2021. Impulsionada pelo início da avaliação externa virtual in loco, em abril, a quantidade de publicações relativas à regulamentação, no Diário Oficial da União, subiu de 1.956, em 2019, para 7.674, em 2021, na comparação entre os cinco primeiros meses dos últimos três anos.

Os índices de decisões regulatória foram apresentados pelo MEC e Inep, de forma inédita, em reunião com associações do setor do ensino superior. Este foi o primeiro de uma série de encontros mensais que serão realizados a partir de agora.



Revalida

» Revalida 2020

Os 2.403 aprovados na primeira etapa do **Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida)** 2020 já tiveram a oportunidade de se inscrever na segunda etapa do exame. Entre 31 de maio e 4 de junho, o Inep abriu o sistema de inscrições e disponibilizou, ao todo, 2.490 vagas, em 13 cidades brasileiras. A prova de habilidades clínicas será aplicada em 10 e 11 de julho.

A cidade de Salvador (BA) é a que teve maior quantidade de vagas disponibilizadas, 360, seguida de Belém (PA), Brasília (DF), Campina Grande (PB), Campo Grande (MS), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Maceió (AL), São Luís (MA), Teresina (PI), Uberlândia (MG) e Vitória (ES), com 180, e São Paulo (SP), que teve 150 vagas disponibilizadas no edital. A escolha da cidade é feita no momento da inscrição, que se encerra às 23h59 (horário de Brasília) da próxima sexta-feira, 4 de junho.

A segunda etapa do Revalida 2020 é constituída de prova de habilidades clínicas, voltadas para a avaliação das cinco grandes áreas do exercício profissional: clínica médica, cirurgia, ginecologia e obstetrícia, pediatria e medicina da família e comunidade (saúde coletiva). A avaliação envolve situações-problema e apresentação de casos, tendo como referência os conteúdos, habilidades e competências do exercício profissional.

» Revalida 2021

De 31 de maio a 11 de junho, foram realizadas as inscrições para a primeira etapa do Revalida 2021. As provas serão aplicadas no dia 5 de setembro, em oito capitais brasileiras: Brasília (DF), Campo Grande (MS), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio Branco (AC), Salvador (BA) e São Paulo (SP). O Inep divulgou, em 30 de junho, os resultados finais dos recursos referentes à análise do diploma e dos pedidos de atendimento especializado e de tratamento pelo nome social.

Para participar do Revalida, é necessário ser brasileiro ou estrangeiro em situação legal no Brasil, além de apresentar diploma de medicina reconhecido pelo ministério da educação ou órgão equivalente do país de origem do certificado. O documento também deve ser autenticado pela autoridade consular brasileira ou pelo processo da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, promulgado pelo Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016.

enade

» Enade 2020

O Inep divulgou a data de aplicação do próximo ciclo avaliativo do **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)**. As provas das áreas do ano II, previstas para 2020, serão realizadas em novembro de 2021. O cronograma, no entanto, poderá sofrer adequações, caso a crise sanitária decorrente da COVID-19 crie novos impedimentos e implique alterações nas datas. A decisão do Inep foi tomada após uma série de estudos técnicos, em alinhamento com a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

» Enade 2021

O ano III do ciclo avaliativo do Enade, cuja avaliação estava prevista para 2021, tem previsão de ser aplicado em 2022. A decisão leva em conta fatores como os impactos da pandemia nos calendários acadêmicos e nos processos formativos dos estudantes, bem como na logística de operacionalização do exame, além de considerar outras condições que impuseram desafios às diretrizes previstas para a execução segura da avaliação em larga escala. Nesse contexto, o Inep estuda o cenário para aplicar o Enade às áreas dos anos III e I, simultaneamente. Essa definição só terá caráter oficial a partir da portaria ministerial de regulamentação do Enade 2022, que deve ser publicada no próximo ano.

enem

» Enem 2021

O Inep iniciou, em 30 de junho, as inscrições para a edição 2021 do **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)**. Os interessados em participar do Enem 2021, versão impressa ou digital, devem se inscrever até 14 de julho, na Página do Participante. As provas serão aplicadas em 21 e 28 de novembro. Destaca-se que, nesta edição, as provas do Enem impresso e do Enem Digital serão aplicadas no mesmo dia, o que otimizará a elaboração dos Cadernos de Questões, já que as duas versões utilizarão os mesmos itens e tema de redação.

Pela primeira vez, o Inep realizou previamente teste de carga no sistema de inscrições do Enem, a partir da nuvem, com infraestrutura externa. A medida permitiu um teste de ambiente com mais eficiência e robustez, antes da abertura das inscrições para o exame.

Entre 17 e 28 de maio, os interessados em solicitar isenção da taxa de inscrição tiveram a oportunidade de fazer o pedido na Página do Participante. O sistema também estava aberto para os pedidos de justificativa de ausência na edição anterior, caso o participante tenha faltado aos dois dias de aplicação do Enem 2020. Os resultados das análises serão divulgados em 9 de junho e, posteriormente, está prevista fase para recursos.

Neste ano, além dos atendimentos especializados normalmente previstos para o exame, os participantes que optarem pela versão digital do exame também terão oferta de atendimento. O Enem Digital também contará com os seguintes recursos de acessibilidade inéditos: prova ampliada, prova superampliada, prova com contraste e locais de prova com acessibilidade para pessoas com deficiência. O Inep disponibilizou 101.100 vagas para a versão digital do exame.

Também foi disponibilizada a versão em Língua Brasileira de Sinais (Libras) do edital do Enem 2021 impresso. O vídeo pode ser acessado no canal do Instituto no YouTube e é direcionado à comunidade surda que tem Libras como primeira língua. A medida faz parte do conjunto de iniciativas que compõem a Política de Acessibilidade e Inclusão do Instituto, que visa ampliar as oportunidades de participação da sociedade em seus exames e avaliações.

» Enem 2020

Em 28 de maio, o Inep encerrou o ciclo de divulgações dos resultados da edição de 2020 do Enem, com a publicação dos espelhos das redações de todos os participantes e as notas dos treineiros. Na Página do Participante, é possível visualizar a vista pedagógica da redação, com a pontuação alcançada em cada uma das competências avaliadas pelos corretores. No mesmo sistema também estão disponíveis os resultados para quem fez o exame em busca de autoavaliação, já que se trata de estudantes que não terminaram o ensino médio no ano passado e eram menores de 18 anos quando foram aplicadas as provas. Nesses casos, os resultados não podem ser usados para o acesso à educação superior e, por isso, o Inep divulga as notas depois dos participantes regulares.

» BNI

bni Banco Nacional de Itens

Atualmente, professores estão sendo capacitados para elaborar e revisar questões do Enem. Os cursos são a distância e ocorrerão de 19 de abril a 5 de julho de 2021. Cada uma das turmas dos cursos terá 40 horas de aulas. A primeira capacitação de 2021 foi encerrada em 17 de maio para 166 professores que participaram da formação a distância. A capacitação da segunda turma foi iniciada em 7 de junho, com previsão de encerramento em 5 de julho.

A condição de colaborador credenciado será atribuída somente aos candidatos que, ao final do processo, obtiverem frequência de 100% e aproveitamento mínimo nas atividades. Ao fim das etapas, os professores selecionados irão compor o Banco de Colaboradores do Banco Nacional de Itens (BC-BNI) para atuar na elaboração e na revisão pedagógica de itens do exame. Durante a capacitação, serão apresentados os procedimentos técnicos e as normas para desenvolver o trabalho de elaborar e revisar questões do Enem.

encceja

» Encceja 2020

O **Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja)**, que teve sua aplicação postergada para 29 de agosto de 2021, lançou, na última semana de abril, o edital para aplicação do exame para pessoas privadas de liberdade. O Inep ajustou o cronograma de aplicação levando em consideração o atual cenário da pandemia de COVID-19. O Inep reforça que está empenhado em realizar a edição 2020 do Encceja e não

tem medido esforços para cumprir sua missão institucional, sempre com aprimoramento de seus instrumentos. Do ponto de vista técnicopedagógico, a postergação da data de aplicação do Encceja 2020 trará o menor impacto possível diante do estado de emergência de saúde pública de importância internacional, garantindo a segurança dos 1.630.046 participantes que estão confirmados para a edição 2020, sendo que 301.438 farão provas para obter certificação de ensino fundamental e 1.328.608 para o ensino médio, além de todos os envolvidos nas atividades de aplicação do exame.

O Encceja possibilita que os participantes sejam certificados e sigam adiante em suas trajetórias educacionais e profissionais, além de oferecer parâmetros para autoavaliação que podem orientar os inscritos na continuidade da formação e na colocação no mercado de trabalho. O exame avalia competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou extraescolar. Com isso, estabelece uma referência nacional de avaliação para esse público, tendo, assim, uma relevância multidimensional para a educação brasileira.

No final de maio, o Inep deu início à capacitação dos coordenadores que atuarão na aplicação do Encceja 2020. Foram duas lives com mais de 2 mil coordenadores (estaduais, municipais e de locais) que atuarão diretamente na aplicação das provas. Nos encontros virtuais, foram apresentados os perfis dos inscritos no exame, os procedimentos de prevenção contra a COVID-19, além de novidades da aplicação. Com o tema "Navegar é preciso", a capacitação é pautada pelo cenário atual do mundo. Aproximadamente 50 mil pessoas atuarão diretamente na aplicação do exame.

» Encceja PPL

Os órgãos de administração prisional e socioeducativa interessados em aplicar o exame tiveram, entre 24 de maio e 4 de junho, a oportunidade para solicitar adesão ao Inep e indicar suas unidades prisionais. O período de inscrição foi de 7 a 18 de junho. A aplicação das provas ocorrerá nos dias 13 e 14 de outubro, para o ensino fundamental e médio, respectivamente.

A indicação das unidades prisionais e socioeducativas aptas para a aplicação do Encceja PPL 2020 deve ser realizada pelos responsáveis estaduais indicados pelos órgãos de administração prisional e socioeducativa. O procedimento é feito por meio do sistema do exame, em comum acordo com o diretor de cada unidade.

O responsável pedagógico deve acompanhar os trâmites do exame, participando de todas as etapas, desde a inscrição dos interessados até a divulgação dos resultados. Também é atribuição do responsável determinar as salas de provas dos participantes, assim como a transferência entre as unidades, caso seja necessário, dentro do prazo previsto. Outra responsabilidade se refere à exclusão do exame daqueles que tiverem a liberdade decretada, conforme prevê o edital.

Pesquisas Estatísticas

Os censos educacionais realizados pelo Inep terão importância crucial na compreensão dos impactos causados pelo coronavírus na educação. O Censo Escolar da Educação Básica e o Censo da Educação Superior estão coletando informações inéditas para identificar como as escolas e as instituições de educação superior responderam aos desafios impostos pela pandemia no ano letivo de 2020. A pesquisa é inédita! Trata-se de um conjunto de perguntas adicionais, que foram respondidas pelos gestores das escolas e redes de ensino da educação básica e deverão ser preenchidas pelas instituições de educação superior, com o objetivo

de levantar informações sobre as estratégias adotadas pelas escolas e instituições para lidar com os desafios impostos pela pandemia de COVID-19 no Brasil. O resultado da pesquisa subsidiará a elaboração de estratégias e políticas para lidar com a excepcionalidade causada pela pandemia e enfrentar as consequências da crise sanitária no ensino e na aprendizagem. Para a pesquisa do Censo Escolar, a previsão é que os dados serão publicados em 8 de julho.

» Censo Escolar 2020

O Inep divulgou, em 2 de junho, os resultados da segunda etapa do Censo Escolar 2020, que apura informações sobre a chamada Situação do Aluno, a qual coleta dados sobre o movimento (transferido, deixou de frequentar ou falecido) e o rendimento (aprovado ou reprovado) dos estudantes, ao término do ano letivo. O Instituto já publicou as taxas de rendimento, que são fundamentais para a verificação e o acompanhamento dos dados das escolas e dos municípios. Além disso, essas taxas são variáveis incorporadas ao cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), indicador de qualidade educacional produzido e divulgado a cada dois anos pelo Instituto.

Os resultados das Taxas de Rendimento apontam para um expressivo aumento da taxa de aprovação na rede pública em todas as etapas de ensino. Entre 2010 e 2019, as taxas de aprovação e reprovação dos alunos mantinham-se relativamente estáveis, em uma tendência de melhoria gradual, ano a ano, tanto na rede pública quanto na privada. Em 2020, no entanto, o Censo Escolar revelou um incremento considerável do número de aprovados na rede pública.

O Censo Escolar 2020 traz, em seus dados, particularidades relevantes relacionadas à interrupção das atividades presenciais na maior parte das escolas brasileiras, em função da pandemia de COVID-19. Esse contexto impactou diretamente os resultados revelados pela pesquisa. Nessa etapa da pesquisa estatística, o Inep também realizou um levantamento inédito, justamente sobre a resposta educacional à pandemia no Brasil. Os resultados preliminares revelam que 42,8% das escolas ajustaram a data do término do ano letivo e 54,3% não realizaram aulas ao vivo (síncronas) mediadas pela internet e com possibilidade de interação direta entre os estudantes e o professor. Além disso, 89,5% das instituições de educação básica não retornaram às atividades presenciais no ano letivo de 2020.

Para o diretor de Estatísticas Educacionais do Inep, Carlos Eduardo Moreno Sampaio, o cenário tem evidente influência da pandemia de COVID-19 e está alinhado às recomendações do Conselho Nacional de Educação (CNE) e de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). As entidades recomendaram que as redes de ensino e as escolas adequassem os critérios de avaliação dos alunos considerando os objetivos de aprendizagem efetivamente cumpridos e minimizando, assim, a retenção e o abandono escolar.

Tendo em vista a possibilidade de que as escolas não conseguissem cumprir os direitos de aprendizagem, o CNE propôs a adoção do “contínuo curricular”, que implica na criação de

uma espécie de ciclo para conciliar anos escolares subsequentes com a devida adequação do currículo. Dessa forma, as escolas teriam dois anos para cumprir os objetivos de aprendizagem. As recomendações visavam orientar as redes de ensino no enfrentamento das dificuldades, de modo a reduzir os impactos da suspensão das atividades presenciais ocasionadas pela crise sanitária global.

"Com a implantação dessa estratégia, muitas escolas transferiram para 2021 o desafio de cumprir, na integralidade, os objetivos de aprendizagem propostos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os estabelecimentos de ensino não retiveram os estudantes, em vista de todas as dificuldades, e atribuíram, ao ano de 2021, a conclusão desses objetivos. Portanto, 2021 será um ano particularmente importante no cumprimento dessa tarefa", analisa Moreno.

Ainda segundo o diretor Moreno, os dados coletados pelo Censo Escolar 2020 relacionados à infraestrutura de tecnologias de informação e comunicação nas escolas, junto com informações de acesso à internet nos domicílios, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) de 2019, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam vulnerabilidades na conectividade digital tanto de escolas quanto dos domicílios, sinalizando que o retorno das aulas presenciais é essencial para superar as dificuldades de comunicação entre as escolas e os alunos. "O entendimento técnico é que o retorno dos alunos às escolas, com implementação dos protocolos de segurança sanitária, incluindo aí a vacinação dos profissionais de educação, é essencial para garantir o cumprimento dos objetivos de aprendizagem no ciclo 2020-2021. Aliado a isso, avaliações diagnósticas podem orientar os professores a ajustarem suas práticas para garantir as aprendizagens de todos os alunos", afirma.

Verificação – Em 21 de junho, foi iniciada a capacitação on-line dos técnicos das secretarias municipais de Educação e dos responsáveis pela declaração do Censo Escolar nas escolas. Ao todo, serão realizados dez treinamentos, um para cada município selecionado pela verificação do Censo Escolar 2020 — que, devido à pandemia de COVID-19, está sendo realizada a distância. A capacitação tem o objetivo de sensibilizar os participantes sobre a importância da pesquisa estatística, visando à melhoria da qualidade dos dados informados ao Sistema Educacenso.

Para cada município, o Inep disponibiliza aproximadamente 30 vagas para gestores e técnicos das redes de ensino, diretores, secretários escolares e demais profissionais que trabalham com a declaração e o acompanhamento do censo no município. Na capacitação, os participantes recebem orientações sobre o Censo Escolar, como definições, conceitos e finalidades. Também são apresentados programas e políticas educacionais que utilizam os dados da pesquisa, além dos sistemas de disseminação dos dados estatísticos do Inep e dos dados dos municípios que receberam a verificação do Censo Escolar.

» Censo Escolar 2021

A próxima edição já está com o cronograma definido. O Sistema Educacenso foi disponibilizado em 18 de junho para a coleta da primeira etapa da pesquisa, referente à Matrícula Inicial. O prazo se encerra em 23 de agosto. Após esse período, os dados preliminares serão encaminhados pelo Inep ao MEC, para serem publicados no DOU. Conforme previsto na portaria publicada pelo Inep em maio, com o cronograma e os responsáveis pela pesquisa estatística, os resultados finais serão divulgados em 31 de janeiro de 2022.

A data de referência para as escolas informarem os dados volta a ser a última quarta-feira do mês de maio (26/5) — o referencial do Censo Escolar 2020 havia sido alterado para março, excepcionalmente, em virtude da pandemia de COVID-19 e da interrupção das atividades presenciais na maior parte das escolas brasileiras.

» Censo Escolar 2022

O Inep realizou, entre 24 de maio e 18 de junho, a aplicação do pré-teste dos formulários do Censo Escolar 2022. Por meio desse procedimento, são verificadas possíveis alterações ou inclusões no questionário de coleta de dados da pesquisa estatística. O objetivo principal é analisar a consistência e os conceitos dos campos que poderão ser inseridos nos formulários, considerando que cada item deve ser capaz de coletar, medir e avaliar as informações.

Durante esse processo, também é verificada a existência da documentação comprobatória nas escolas e secretarias de Educação, além da compreensão dos declarantes sobre a realidade escolar. Em virtude da pandemia de COVID-19, esse ciclo de revisão será cumprido de maneira totalmente remota, por meio da plataforma interativa do Censo Escolar e de webconferências para discussões em grupos focais — normalmente o processo é realizado de forma híbrida, nas modalidades presencial e on-line.

Participam do pré-teste as secretarias estaduais de Educação e uma amostra de secretarias municipais e escolas. A definição da amostra de secretarias considerou todos os estados e capitais, além de outros municípios escolhidos a partir de características específicas das escolas do respectivo sistema de ensino.

censo da educação superior

A edição de 2020 da pesquisa estatística teve seu cronograma ajustado. Com isso, fica autorizada a prorrogação dos prazos de coleta da pesquisa estatística, e as instituições de educação superior terão novo prazo definido para declarar as informações no Sistema Censup.

censup sistema do censo da educação superior

Para realizar o Censo da Educação Superior 2020, o Inep lançou um novo Censup, sistema usado pelas instituições de educação superior que ofertam cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica. Por meio dele, é realizada a coleta individualizada de dados de alunos e de docentes que compõem a pesquisa estatística. O sistema está sendo atualizado para a coleta referente a 2020. Em função disso, o Inep realiza lives antes da abertura de cada módulo para apresentar a plataforma aos representantes das instituições.

As instituições de educação superior têm liberdade para realizar o preenchimento do Censo por importação de dados (migração) ou por preenchimento on-line na plataforma do Censup.

Indicadores

Com relação ao Ideb, por fazer parte do plano de metas para o desenvolvimento da educação brasileira e com papel estratégico, o MEC entende que é preciso estabelecer metas educacionais, especialmente pedagógicas, motivo pelo qual a coordenação do trabalho foi para a Secretaria de Educação Básica do ministério. O estudo já desenvolvido, tanto pelo Grupo de Trabalho Novo Ideb quanto pelas equipes técnicas do Inep, será aproveitado pela nova equipe e subsidiará as ações que serão coordenadas pelo MEC. O corpo técnico da Autarquia participará dos estudos. O Inep prestará assessoria técnica e estratégica para que o MEC cuide do desenvolvimento de políticas educacionais a partir das evidências do Ideb.

Carlos Eduardo Moreno, diretor de Estatísticas Educacionais do Inep; Danilo Dupas, presidente do Inep; Luís Filipe de Miranda Grochocki, diretor de Avaliação da Educação Superior do Inep; e Ulysses Teixeira, coordenador-geral de Controle de Qualidade da Educação Superior do Inep, durante a live de apresentação dos resultados do IGC 2019

A gestão atual da Diretoria de Avaliação da Educação Superior do Inep também encerrou o ciclo de resultados do Enade 2019, com a entrega do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) 2019. O indicador é calculado com base na média do Conceito Preliminar de Curso (CPC) do último triênio do exame; na média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu, atribuídos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); na última avaliação trienal disponível e na distribuição dos estudantes entre as diferentes etapas de ensino superior. atribuídos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); na última avaliação trienal disponível e na distribuição dos estudantes entre as diferentes etapas de ensino superior.

Gestão do Conhecimento e Estudos Educacionais

O Inep trabalha para fortalecer e ampliar o alcance da disseminação dos trabalhos já realizados pelo Inep, bem como a geração de relatórios executivos para subsidiar as decisões da alta gestão do Inep e no MEC. As propostas buscam dar maior destaque para a publicação de periódicos científicos e para o trabalho realizado pelo na reestruturação da disseminação de dados do Instituto.

» Painel de Monitoramento do PNE

No dia 25 de junho, data em que o Plano Nacional da Educação (PNE) completou sete anos, desde sua instituição pela Lei n.° 13.005, de 25 de junho de 2014, o Inep divulgou a atualização dos indicadores que monitoram as 20 metas do instrumento. Os dados atualizados estão disponíveis no Painel de Monitoramento do PNE. Observou-se melhora em 33 indicadores, quando comparados com os resultados obtidos em 2019. A cobertura educacional no País avançou, principalmente na educação básica. Números também mostraram progresso na formação de professores nos últimos anos.

» Linha Editorial

A primeira edição de 2021 da revista Em Aberto foi disponibilizada na plataforma OJS (Open Journal System). Com o título "Linguagens artísticas e expressivas das crianças pequenas", a edição 110 da publicação busca dialogar acerca das múltiplas linguagens das crianças, como forma de elas construírem suas próprias narrativas e serem valorizadas e compreendidas em suas expressões. O tema é abordado nas cinco seções da revista – Enfoque, Pontos de Vista, Espaço Aberto, Resenhas e Bibliografia Comentada – e provoca a reflexão sobre a linguagem infantil, exercida por meio de práticas corporais, simbólicas, musicais, teatrais, plásticas, entre outras interlocuções.

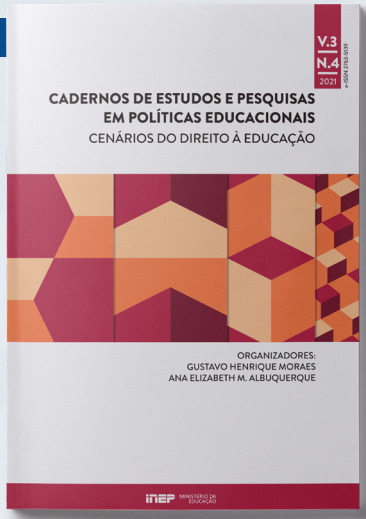
Na primeira quinzena de maio, o Inep também publicou a primeira edição de 2021 da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP). A publicação de número 260 está disponível na plataforma da Revista e é composta por diversos artigos, escritos por 36 autores de 13 estados, representando 17 instituições de educação superior de todas as regiões do Brasil.

A nova edição da RBEP apresenta trabalhos relacionados aos campos da história da educação, da educação inclusiva, da educação superior e da educação de jovens e adultos. São dez artigos na seção de Estudos, três na seção de Relatos de Experiências e uma resenha de livro. Uma novidade dessa edição são os vídeos com relatos dos autores sobre a experiência vivida no desenvolvimento das pesquisas. A partir de agora, os relatos farão parte de uma playlist específica da revista no canal do Inep no YouTube.

E o artigo "Os três componentes executivos básicos e o desempenho matemático escolar", publicado na edição n.º 259 da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), foi destaque do mês de março da biblioteca eletrônica científica online internacional, SciELO. O texto trata da relação entre cognição e desempenho em matemática e foi escolhido, pelo corpo editor da RBEP, para fazer parte das publicações da biblioteca, que reúne publicações de periódicos científicos de diversos países. Uma análise do artigo, feita pelo editor executivo da RBEP, Roberto Ternes Arrial, está disponível no blog SciELO em Perspectiva – Humanas.

» Estudos educacionais

O Inep publicou, em 20 de abril, o **4 da série Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais.** O material apresenta oito estudos que abordam os cenários do direito à educação no Brasil. A publicação é um esforço coletivo de pesquisadores do Instituto e de outras instituições nacionais. O objetivo é divulgar e disseminar a produção de estudos e pesquisas relacionados ao monitoramento dos planos de educação e à análise e avaliação de políticas públicas e programas educacionais.



O volume 4 dos cadernos de estudos atende às determinações do artigo 5º da Lei n.º 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE). A publicação fornece um conjunto de pesquisas relacionadas aos campos de estudos, com base nas metas do PNE e nas políticas públicas dele decorrentes.

Na manhã de 17 de junho, foi encerrada a série de lives Quintas da EPT – Seminário Técnico em Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Ao todo, foram 14 encontros virtuais que debateram sobre os 16 capítulos que compõem o livro "Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica: um campo em construção", lançado em 26 de fevereiro. Os eventos contaram com a participação de todos os autores dos capítulos da publicação.

As discussões foram realizadas semanalmente, sempre às quintas-feiras, às 10h (horário de Brasília), no canal do Inep no YouTube. Os debates foram conduzidos pela Diretoria de Estudos Educacionais e discutiram referenciais teórico-metodológicos sobre a avaliação da educação profissional, com o objetivo de construir diálogos e propostas voltados para o tema.

cibec

O **Centro de Informação e Biblioteca em Educação (Cibec)** está à frente da reformulação da disseminação de dados do Inep, um dos projetos estratégicos do Instituto para o ciclo 2020-2021. As discussões, coordenadas pelo Cibec, envolvem representantes de todas as diretorias do Inep.

gov.br/inep

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Brasília | 30 de junho de 2021

Assessoria de Comunicação Social

INEP MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL